



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 6, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 6 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE. MESTRADO PROFISSIONAL

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.06.10>

Recebido em: **31/08/2020**

Aprovado em: **07/09/2020**

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA ALÉM DO CAPITAL,
PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION BEYOND CAPITAL,
EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA MÁS ALLÁ DEL CAPITAL.

VANESSA BRAZ COSTA SENRA

<https://orcid.org/0000-0002-0635-5369>

VINICIUS MARCELO SILVA

<https://orcid.org/0000-0002-0524-1933>

JULIANA DE ALMEIDA AGUIAR SILVA

<https://orcid.org/0000-0001-9845-1499>

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a educação profissional e tecnológica, para isto em um primeiro momento, é apresentado os conceitos fundamentais como trabalho, educação, e surgimento da escola, descritos pelo autor Dermeval Saviani, utiliza-se também das ideias do autor Mészáros, que coloca a educação como estratégia para a superação da lógica do capital. Em uma segunda parte de desenvolvimento do texto procura-se a refletir sobre os desafios da Educação Profissional no Brasil, a qual é marcada historicamente pela dualidade, uma educação para a elite e uma para a classe trabalhadora, utiliza-se de autores como Frigotto, Ciavatta, Ramos e Moura. Como considerações finais tem-se a busca por uma formação integral, politécnica, omnilateral que possibilite ao educando consciência das influências que o sistema político e econômico tem sobre sua vida, assim como seu papel na sociedade como ser crítico.

RESUME

This article aims to reflect on professional and technological education, for this, in a first moment, it presents the fundamental concepts such as work, education and the emergence of the school, described by the author Dermeval Saviani, it also uses the ideas of the author Mészáros, which puts education as a strategy for overcoming the logic of capital. In a second part of the development of the text, we seek to reflect on the challenges of Professional Education in Brazil today, which is historically marked by duality, an education for the elite and one for the working class, uses authors such as Frigotto, Ciavatta, Ramos and Moura. As a final consideration there is the search for an integral, polytechnic, omnilateral formation that allows the student to be aware of the influences that the political and economic system has on his life, as well as his role in society as being critical.

CURRÍCULUM

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la educación profesional y tecnológica, para ello, en un primer momento, presenta los conceptos fundamentales como el trabajo, la educación y el surgimiento de la escuela, descritos por el autor Dermeval Saviani, también utiliza las ideas del autor Mészáros, que pone a la educación como estrategia para superar la lógica del capital. En una segunda parte del desarrollo del texto, buscamos reflexionar sobre los desafíos de la Educación Profesional en Brasil hoy, históricamente marcada por la dualidad, una educación para la élite y otra para la clase trabajadora, utiliza autores como Frigotto, , Ciavatta, Ramos y Moura. Como consideración final está la búsqueda de una formación integral, politécnica, omnilateral que permita al alumno ser consciente de las influencias que el sistema político y económico tiene en su vida, así como su papel en la sociedad como crítico

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o Ensino Médio Integrado define uma das formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio. Trata-se de uma concepção de educação que, desafiada pelas contradições da realidade concreta, pressupõe a integração de dimensões fundamentais da vida como trabalho, ciência, tecnologia e cultura, num processo formativo que possibilite aos trabalhadores o acesso aos conhecimentos (científicos, éticos e estéticos) produzidos historicamente e coletivamente pela humanidade, bem como aos meios necessários à produção de sua existência e à sua emancipação como classe (FRIGOTTO *et al*, 2014).

O debate sobre o tema da formação integrada, remetido ao conceito de politecnia, tem sido alvo de polêmica e de divergências quando se trata de pensar a educação articulada ao trabalho como um instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista, ocorrendo divergências na interpretação do conceito e no desenvolvimento da prática da educação politécnica. O ensino integrado remete-se, por um lado, à forma de oferta do ensino médio articulado com a educação profissional e por outro a um tipo de formação que seja plena, possibilitando ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Neste sentido, trata-se a educação como uma totalidade social, onde são múltiplas as mediações históricas que concretizam os processos educativos (CIAVATTA, 2014).

Logo, presente artigo tem por objetivo refletir sobre a educação profissional e tecnológica vinculada ao ensino médio, para isto em um primeiro momento, é apresentado os conceitos fundamentais como trabalho, educação, surgimento da escola, descritos pelo autor Saviani, a relação entre estes conceitos e as mudanças ao longo da história, reflexos dos modos de produção capitalista e da sociedade de classes. Utiliza-se também das ideias do autor Mézszaros, que coloca a educação como estratégia para a superação da lógica do capital, o empoderando aqueles que vão lutar contra o domínio e exploração do trabalho, assim como os parâmetros para esta superação, centradas na educação ampla.

Em uma segunda parte de desenvolvimento do texto procura-se a refletir sobre os desafios da Educação Profissional no Brasil atualmente, a qual é marcada historicamente pela dualidade, uma educação para a elite e uma para a classe trabalhadora. Discute-se sobre como os antecedentes histórico-políticos da concepção de ensino médio integrado à educação profissional demonstram o caráter ético-político do tema, o trabalho como princípio educativo, a Politecnia e os sentidos da integração entre ensino médio e educação profissional. Para isto utiliza-se de autores como Frigotto, Ciavatta, Ramos e Moura, que refletem sobre o atual cenário educacional e a busca por um ensino médio integrado a educação profissional e tecnológica, que vise a formação plena e emancipadora do indivíduo.

2 O TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundamentando a temática sobre a educação profissional e tecnológica, pensa-se primeiramente no que vem a ser trabalho e qual a sua relação com a educação. Que segundo Saviani (2007, p.154), é “O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho”. Então a essência do homem é o trabalho e esta não é dada ao homem, não é uma dádiva divina ou natural, pelo contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. Assim a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide com a origem do homem, pode-se dizer que o ponto de partida entre trabalho e educação é uma relação de identidade, pois os

homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la, ou seja, eles aprendiam a trabalhar trabalhando, lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações.

Para Marx (2010, p. 211),

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-se, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Nas comunidades primitivas os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalencia o modo de produção comunal, também chamado de comunismo primitivo. O desenvolvimento da produção ao longo da história conduziu à divisão do trabalho e a apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. A apropriação privada da terra, até então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes, tendo como consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários. (SAVIANI, 2007)

Essa divisão dos homens em classes provocou uma divisão também na educação, a partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos pobres e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (SAVIANI, 2007).

O desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e trabalho. No entanto, não se pode perder de vista que isso só foi possível a partir da própria determinação do processo de trabalho. Com efeito, é o modo como se organiza o processo de produção – portanto, a maneira como os homens produzem os seus meios de vida – que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção. Logo, a separação também é uma forma de relação, ou seja: nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma da separação entre escola e produção (SAVIANI; 2007, p.157).

O trabalho e educação que eram algo inerente ao homem, realizado de forma natural em comunidade e passado ao longo de gerações, como um processo de educação e aprendizagem, com o advento da propriedade privada e da sociedade de classes passam a ser vistos de forma separada. Relaciona-se o trabalho a produção e ao dinheiro, e a educação voltou-se para o espaço escolar.

Neste cenário, relação trabalho-educação sofreria uma nova determinação, a partir do surgimento do modo de produção capitalista, este se constituiria pela a economia de mercado, isto é, a produção para a troca. O modelo capitalista inverteu os termos próprios da sociedade feudal, a qual dominava a economia de subsistência, ou seja, se produzia-se para atender às necessidades de consumo e

residualmente. O avanço das forças produtivas, ainda sob as relações feudais, provocou a geração sistemática de excedentes e ativou o comércio. Esse processo desembocou na organização da produção especificamente voltada para a troca, dando origem à sociedade capitalista. Nela, o eixo do processo produtivo desloca-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, que converte o saber de potência intelectual em potência material. Esse processo aprofunda-se e generaliza-se com a Revolução Industrial levada a efeito no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Vê-se, então, que o fenômeno da objetivação e simplificação do trabalho coincide com o processo de transferência para as máquinas das funções próprias do trabalho manual. (SAVIANI, 2007).

Estas mudanças sofridas na relação trabalho e educação ao longo da história, nos fazem refletir como o modo de produção interfere na vida em sociedade e na educação, que passa a ser, a partir da divisão de classes e do capitalismo, voltada para a produção de bens de consumo, dividindo a educação entre a voltada para os trabalhadores com trabalho manual e para proprietários trabalho intelectual.

Em seu livro, *A educação para além do capital*, István Mészáros, discute a questão do modo de produção capitalista, fazendo uma reflexão na direção do empoderamento daqueles que vão lutar contra o domínio do capital, a exploração e opressão no campo do trabalho. Para a autor, a superação da lógica do capital seria possível através de processos educativos amplos, não apenas restritos a pequenas parcelas da população. Para discutir esta superação o autor analisa quatro aspectos (MÉSZAROS, 2008).

O primeiro seria o embate entre os parâmetros estruturais do capital, os quais se colocam com uma lógica irreversível e incontestável e a necessidade de romper com essa lógica para a criação de uma alternativa educacional diferente; o segundo aspecto seria refletir que as possíveis soluções não podem ser formais, apenas com alterações superficiais, mas devem atingir o patamar de mudança essencial, abarcando a totalidade das práticas educacionais da sociedade e seus processos de internalização dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, ou seja intervir na raiz dos problemas; o terceiro parâmetro seria a compreensão de que apenas uma ampla concepção de educação pode assegurar a luta pelo objetivo de mudança radical desejada e a aquisição de instrumentos capazes de provocar o rompimento com a lógica do capital; o quarto seria a defesa de que o papel da educação é estratégico tanto para a mudança das condições objetivas de reprodução quanto para a automudança dos indivíduos envolvidos na luta pela construção de uma nova ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZAROS, 2008).

Assim o autor defende que “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (MÉSZAROS, 2008, p. 27), ou seja, o capital se utiliza de reformas na educação apenas para corrigir, remediar os efeitos que sua política econômica traz, não adiantam apenas correções marginais, mantendo intactas as estruturas fundamentais da sociedade conformando-se as exigências do capital.

Ao analisar as experiências de Adam Smith, economista político, e de Roberto Owen, reformador social educacional utópico, Mészáros afirma sobre Smith, que mesmo que este ilustre iluminista reconheça o impacto negativo do sistema sobre a classe trabalhadora, sua análise atribuindo ao “espírito comercial” a causa do problema é incapaz de se dirigir às causas reais, reduzindo seu esforço de expressar sua preocupação humanitária a um círculo vicioso de apontar apenas “os efeitos condenados”. E a respeito de Robert Owen, reconhece sua posição de denúncia da exploração e instrumentalização do empregado pelo empregador, mas condena no discurso de Owen, que com marcas de parcialidade, gradualismo e circularidades demonstra sinais de conformação aos debilitantes limites do capital (MÉSZAROS, 2008). Ou seja, os pensadores não iam a fundo no problema e nas influências que o sistema capital teria para a população e para educação, não se efetiva algo que pudesse mudar realmente aquela situação de subordinação, uma educação que pudesse ir além do capital.

O autor ainda coloca que com a crise estrutural do capital global, época onde se evidencia uma condição histórica de transição, define-se também um espaço histórico e social aberto à ruptura com a lógica do capital e à elaboração de planos estratégicos na direção de uma educação para além do capital, ou seja, a educação para a transformação social, ampla e emancipadora (MÉSZAROS, 2008).

A crise do capital, teria suas raízes no excesso de capacidade e produção fabril, os modos de produção, o taylorismo/fordismo trazia como precedentes a produção homogeneizada e enormemente verticalizada; divisão da mão de obra dentro da fábrica; fragmentação e o combate ao desperdício. Além das ideias de: desantropomorfização, de a alienação - quando o operário não conhece todo o processo de produção- a subsunção real do trabalho ao capital e a ideia de operário-massa. Como consequência se tem o surgimento do neoliberalismo, a desregimentação dos direitos ao trabalho, a reestruturação da produção e do trabalho. (ANTUNES, 1999).

Ao final dos anos 60 as ações dos trabalhadores atingiram seu ponto de ebulição, questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que se refere ao controle social da produção. Com ações que não pouparam nenhuma das formações capitalistas desenvolvidas e anunciavam os limites históricos do “compromisso” fordista, elas ganharam a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem se convertendo ao longo do tempo, a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva e do número de desempregados, assim como a divisão da sociedade em classes (ANTUNES, 1999).

O texto de Frigotto (2009) visa estimular o debate sobre esta relação trabalho, classe social e educação. Os sentidos e significados (polissemia) do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas. Segundo o autor é preciso, superar o conceito apenas semântico de classe e trabalho, entender os sentidos do trabalho na experiência social e cultural das massas de trabalhadores é uma tarefa complexa e implica analisar como se produz as relações da sociedade nos âmbitos da economia, da cultura, da política, da arte e da educação. O sentido que o trabalho vai assumir, tanto na linguagem do senso comum quanto nos âmbitos das ciências, na sociedade de classes, resulta de relações de poder e dominação. Trabalho, emprego e classe social são três vocábulos que passam a ter um vínculo inseparável no processo de definição do modo de produção capitalista. (FRIGOTTO, 2009).

É com o desenvolvimento das relações sociais produtivas capitalistas que o trabalho assume o sentido de emprego remunerado e trabalhador para designar a classe trabalhadora. O fato de a palavra emprego tornar-se sinônimo de trabalho, assim como o não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, reflete a falta de consciência das classes, e ao manejo da sociedade capitalista em relacionar o trabalho a somente algo que gera dinheiro. (FRIGOTTO, 2009).

Para Antunes (1999) uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Ainda, de acordo com as demandas do sistema capital, atualmente, percebe-se redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado; e o surgimento do subproletariado, os terceirizados, subcontratados e diversas outras formas, como os part time” (meio período). O autor também propõe os fundamentos básicos de um novo sistema de metabolismo social, em que os princípios centrais serão encontrados ao se erigir um sistema societal onde: o sentido da sociedade seja voltado exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais; e o exercício do trabalho se torne sinônimo de auto atividade, atividade livre, baseada no tempo disponível.

A sociedade vem presenciando ao longo da história profundas transformações, tanto nas formas de

materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir na sociedade humana. A crise experimentada pelo capital, assim como suas respostas, tem acarretado muitas consequências, entre elas as profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Sobre essas mutações pode-se citar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação homem e natureza conduzida por uma lógica voltada a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (ANTUNES, 1999).

Gramsci (2001) discute superação das classes sociais e desigualdades a partir da formação dos intelectuais orgânicos. Os partidos políticos seriam o espaço para se desenvolver esses intelectuais e assim o proletariado teria consciência de sua situação na sociedade. O autor aponta para a divisão da escola clássica e profissional e como esta última, a escola “do povo” forma apenas para o trabalho. A solução para esta problemática seria, segundo ele, a escola unitária a qual teria características como: currículo integrado, fixação da idade escolar, o estado assumir todas as despesas, orientação dogmática, valores do humanismo, autodisciplina intelectual, entre outros. O trabalho seria tomado como princípio educativo, tendo características como: aprofundamento do conceito de trabalho, escola ligada à vida, ensino desinteressado, repetição mecânica dos atos disciplinados e metódicos. Neste sentido o estudo também é considerado como trabalho, uma ocupação que despende tempo e aprendizado, interação do ser com a natureza e sociedade.

3 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS

Ao trazermos a história da educação profissional no Brasil, é possível compreender o processo de desigualdade e exclusão educacional. Tanto o ensino técnico quanto o ensino superior, surgiram no período desenvolvimentista do país, culminando com o processo de industrialização. No Brasil, a educação profissional, até início do século XIX, ocorria de modo assistemático, por ajudantes/aprendizes que desempenhavam tarefas do processo técnico de trabalho. Somente a aprendizagem do artesanato urbano acontecia de forma sistemática e organizada pelas corporações de ofício. Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, surge a primeira escola para o ensino de ofícios manufatureiros. Com o Decreto Imperial de 1854, criaram-se os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde diversas formações profissionais eram dadas aos menores abandonados, tais como tipografia, carpintaria, encadernação, alfaiataria, tornearia, sapataria, entre outros. Assim, originou-se a educação profissional no Brasil, de caráter assistencialista, dentro de uma sociedade escravocrata (MOURA, 2010).

O início do século XX, passou por mudanças, pois o poder público se interessou pela organização da formação profissional, agora também destinada aos operários, em virtude da industrialização que aos poucos se expandia no País. Para atender à demanda do setor agrícola, industrial e do comércio, em 1909 foram criadas e custeadas pelo Estado as Escolas de Aprendizes Artífices, voltadas aos pobres e humildes. Na década de 1930, a educação básica se encontra estruturada de modo dual – o ensino para os filhos da elite e o ensino para os filhos da classe trabalhadora. A elite tinha um curso primário e ginásial voltado para o ensino superior, para a classe trabalhadora, o ensino básico englobava os cursos rural e profissional, os quais davam seguimento ao curso básico agrícola e ao técnico comercial, respectivamente, não dando a possibilidade de aceder ao ensino superior. As mudanças no âmbito educacional levaram à criação dos Ministérios da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930 e ao Conselho Nacional de Educação em 1931. (MOURA, 2010).

Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), vigorada em 1961 pela Lei nº 4.024, a dualidade do ensino “chega ao fim” e todos os estudantes, sejam do colegial e do ensino profissional, têm a possibilidade de prosseguir os estudos no ensino superior. Porém, o fim dessa

dualidade é somente formal, pois o ensino superior seria acessível a todos os estudantes do grau médio que fossem admitidos no concurso de habilitação (MOURA, 2010).

A educação profissional se torna paralela à educação regular, conforme o Projeto de Lei (PL) 1.603, contemplado no Decreto nº 2.208/1997 e reformada pelo Decreto 5.154/2004, onde os cursos técnicos serão oferecidos de forma concomitante ao ensino médio ou subsequente, e divididos em três níveis: básico, técnico e tecnológico, cujo objetivo é a qualificação, reprofissionalização e atualização de jovens e adultos, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor o desempenho no mercado de trabalho (MOURA, 2010).

Para Moura (2010), essa expansão do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio ainda não visa à universalização. Todavia, quando as condições da sociedade forem favoráveis a este sistema e tivermos uma educação politécnica ou tecnológica, teremos uma educação universal, pública, gratuita, laica e de qualidade.

Vemos, então, que a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isto a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. A marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. A luta contra isso é uma luta contra hegemônica, que não dá tréguas e que, portanto, só pode ser travada com muita força coletiva (RAMOS, 2008).

Ramos (2008), coloca que a concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura, etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. Dessa forma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social. Uma educação dessa natureza precisa ser politécnica; isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida. Esse caminho é o trabalho. O trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também o trabalho como práxis econômicas. (RAMOS, 2008).

Inspirado nas reflexões de Gramsci sobre o trabalho como princípio educativo da escola unitária, Saviani (2007), procura delinear a conformação do sistema de ensino tendo em vista as condições da sociedade brasileira atual. Conforme Gramsci, a escola unitária corresponderia à fase que hoje, no Brasil, é definida como a educação básica, especificamente nos níveis fundamental e médio. O modo como está organizada a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental. O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o qual não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade

O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos. Politécnica significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes (SAVIANNI, 2007).

[...] o ensino médio envolverá, pois, o recurso às oficinas nas quais os alunos

manipulam os processos práticos básicos da produção; mas não se trata de reproduzir na escola a especialização que ocorre no processo produtivo. O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos. (SAVIANI, 2007, p. 161).

A Politecnia tem em seu sentido genérico como um conjunto de muitas técnicas, porém quando se pensa em educação está ganha um sentido amplo, em formar trabalhadores que possam ser dirigentes, com pensamento político, crítico, capaz de promover a emancipação do indivíduo. Comungando com a proposta da omnilateralidade, ou seja, uma educação que atenda todos os lados do ser, todas as suas necessidades, formar o ser em sua integridade física, mental, cultural, política, científico- tecnológica. Politecnia e omnilateralidade são palavras que não são sinônimos, mas que fazem parte de um mesmo universo, com a finalidade de formar cidadãos críticos, capazes de influenciar e promover mudanças (CIAVATTA, 2014).

[...] ao longo de três décadas, muitas foram as derrotas sofridas em face das políticas sociais, econômicas, educacionais do neoliberalismo nos anos 1990 e 2000. Mas preservou-se, no âmbito do convencimento e da luta política, o denso significado da “educação politécnica” como educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional. Além do fato historicamente comum de disputa de significados, mesmo dentro da “esquerda”, ocorre que essa concepção alargada de educação foi pensada para uma sociedade socialista, cujo valor da vida humana e do seu desenvolvimento tem significado diverso da educação nos países capitalistas (CIAVATTA, 2014, p.4).

Assim, campo da educação e do trabalho, em seu texto considera que a luta é em prol de uma nova qualidade de educação universalizada para toda a população. Busca-se contribuir através da politecnia, omnilateralidade para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais forneça uma vida digna e conhecimentos não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, e seus filhos. (CIAVATTA, 2014).

Ramos (2008), completa as bases para a integração entre trabalho e educação podem ser descritas a partir de três sentidos. Sendo o primeiro sentido da integração: a formação omnilateral, onde o sentido que se atribui à integração é filosófico. Ele expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo.

A integração, no primeiro sentido, possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório

avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (RAMOS; 2008, p.4).

A formação omnilateral então visa atender a todos os lados e necessidade do ser, integrando trabalho, ciência e cultura, para um ensino emancipador, formador de sujeitos críticos, capazes de refletir e questionar sobre a sociedade e a influência estatal sobre suas condições de vida e trabalho.

Como segundo sentido da integração, a autora coloca: a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica. Definido as formas de integração do ensino médio com a educação profissional. Do ponto de vista da política nacional, hoje temos dispositivos legais sobre como construir uma formação integrada no ensino médio com a educação profissional. Antes, porém, é preciso reconhecer que, de forma singular para as classes trabalhadoras, o direito ao trabalho na sua perspectiva econômica configura a profissionalização dos jovens como uma necessidade, pois juventude brasileira oriunda da classe trabalhadora pode adiar a educação básica ou o ensino superior, para ingressar na atividade econômica. Enquanto o Brasil for um país com as marcas de uma história escrita com a exploração dos trabalhadores, no qual estes não têm a certeza do seu dia seguinte, o sistema sócio-político não pode afirmar que o ensino médio primeiro deve “formar para a vida”, enquanto a profissionalização fica para depois (RAMOS, 2008).

O terceiro sentido da integração refere-se a: integração entre conhecimentos gerais e específicos conformando uma totalidade curricular. Os professores das diversas áreas do ensino médio, por serem formados sob a hegemonia do positivismo e do mecanicismo das ciências, que fragmentam as ciências nos seus respectivos campos, hierarquizando-os, costuma-se classificar as disciplinas como de formação geral e de formação específica, esta última, de caráter profissionalizante. É preciso a integração desses conhecimentos com vistas a uma formação politécnica, integral, omnilateral (RAMOS, 2008).

Ciente de alguns fundamentos sobre a concepção de ensino médio integrada à educação profissional, com base na qual, acreditamos ser possível construir uma proposta de integração de conhecimentos gerais e específicos no ensino médio, que contemple a formação básica e a profissional de maneira que as pessoas se tornem capazes de compreender a realidade e de produzir a vida. (RAMOS, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo trabalho resulta de um complexo processo que se desenvolve historicamente nas relações sociais e se vincula à produção material e na cultura, mediante valores, símbolos, tradições e costumes. O sentido que vai assumir, tanto na linguagem do senso comum quanto nos âmbitos das ciências, na sociedade de classes, resulta de relações de poder e dominação (FRIGOTTO, 2009).

As necessidades do capital, os modos de produção e economia, influenciam no desenvolvimento e no perfil de trabalho na sociedade o que gera desemprego, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada (ANTUNES, 1999).

É apenas no sentido amplo de educação que a educação formal, institucionalizada, pode contribuir para a superação do capital, realizando as suas muito necessárias aspirações emancipadoras, o que requer um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes com a própria vida do aluno. Através da educação, o indivíduo pode criar uma forma de consciência social que o liberte dos limites do controle do capital, de modo que sejam capazes de fazer do processo de aprendizagem a sua própria vida (MÉSZAROS, 2008) e entender que este processo é seu por direito e capaz de transformar sua realidade.

Sobre a educação profissional e tecnológica atualmente, não há dúvidas de que há duas lutas que se complementam na realidade brasileira. Uma é a da educação, no sentido de uma reconstrução completa de suas concepções, de suas finalidades, a serem comprometidas com a classe trabalhadora, ou seja, a finalidade da educação não deve ser a formação “para”; seja “para o mercado de trabalho” ou “para a vida”, e sim formação pelo trabalho e na vida. A outra luta é a questão do trabalho como necessidade e meio de produzir a existência (RAMOS, 2008).

Assim, o ensino médio integrado a educação profissional apresenta-se como uma realidade e uma necessidade na atual, em que a inserção no mundo do trabalho acontece cada vez mais cedo e demanda qualificações. A busca por uma formação integral, politécnica, omnilateral é estratégia para uma formação de qualidade, a qual visa atender a todos os lados e dimensões do ser humano, formando um profissional crítico, reflexivo, ciente de seu papel na sociedade e das influências que o sistema político e econômico tem sobre sua vida e meio convivência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999. (Cap. I a V).

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7693/5935>>. Acesso em: 18 set.2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan. /abr. 2009.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M; GOMES, C. **Produção de conhecimentos sobre Ensino Médio Integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógica**. In: Colóquio produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas, 2010, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 2. Intelectuais, princípio educativo, jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (p.11-53).

MARX, Karl. **O capital – Crítica da economia política**. O processo de produção do capital. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Livro I, v. 1).

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração**. In: MOLL, Jaqueline e Cols. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 58-79.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias**, v. 8, 2008.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan. /abr. 2007.

* AUTORA - Graduada em Enfermagem- Mestranda do ProfEPT (Programa Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica). IFS (Instituto Federal de Sergipe). E-mail: vanessabcosta12@gmail.com

** CO AUTOR- Graduado em História- Mestrando do ProfEPT (Programa Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica). IFS (Instituto Federal de Sergipe). E-mail: viniciusmarcelosilva@yahoo.com.br

***CO AUTOR- Graduada em História- Mestrando do ProfEPT (Programa Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica). IFS (Instituto Federal de Sergipe). E-mail: juliana.almeidaaguiar@gmail.com